

**NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB**

**PARECER Nº 929-A/2019 – NCI/SESMA**

**INTERESSADO: NUCLEO DE CONTRATOS – SESMA.**

**FINALIDADE: Manifestação para análise da minuta do Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 076/2015.**

**DOS FATOS:**

Chegou a este Núcleo de Controle Interno, para manifestação, o Processo Administrativo nº 1466975, encaminhado pelo Núcleo de Contratos/SESMA, referente a análise do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2015 – SESMA/PMB.

**DA LEGISLAÇÃO:**

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**DA PRELIMINAR:**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, no art. 15, caput e § 2ª da Lei Orgânica do Município de Belém e no art. 3º, parágrafo único, letra “b” e “c” do Decreto nº 74.245 de 14 de fevereiro de 2013, art. 10, parágrafo único e art. 11 da Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão, cumpre-nos lembrar que a consulta, sempre que possível, deverá vir instruída com parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da secretaria, o que foi anexado no caso concreto, a fim de dar subsídios à manifestação deste Núcleo de Controle Interno. Visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar.

**DA FUNDAMENTAÇÃO:**

A análise em tela, quanto à minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2015 – SESMA/PMB, celebrado com o Sr. AGAILDO MORAES MOREIRA, cujo objeto é prorrogar a vigência contratual por mais 03 (três) meses, a partir de 15/04/2019 até 15/07/2019, ficará estritamente dentro dos parâmetros fixados pela Lei nº 8.666/93, motivo pelo qual, como suporte legal do presente parecer, transcrevemos os seguintes fundamentos:

*Lei nº 8.666/93:*

*Art. 57, Inciso II*

*Capítulo III*

*DOS CONTRATOS*

*Seção I*

*Disposições Preliminares*

*Seção I*

*Disposições Preliminares*

*(...)*

## **NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB**

*“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*(...)*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;”.*

**LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.**

*(...)*

*“Art. 3º O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênua conjugal, se igual ou superior a dez anos.”.*

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 1º DE ABRIL DE 2009, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.**

*“A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, NO QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É LOCATÁRIA, REGE-SE PELO ART. 51 DA LEI Nº 8.245, DE 1991, NÃO ESTANDO SUJEITA AO LIMITE MÁXIMO DE SESENTA MESES, ESTIPULADO PELO INC.*

*II DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.”.*

**Acórdão nº 170/2005 – Plenário – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.**

*“os prazos estabelecidos no art. 57 da Lei nº 8.666/93 não se aplicam aos contratos de locação, por força do que dispõe o art. 62, § 3º, inciso I, da mesma lei”.*

Conforme se observa a prorrogação da vigência é admitida desde que enquadra na situação prevista na norma legal, e que justificada por escrito devidamente autorizada pela autoridade competente. Destacamos que através do MEMO nº 037/2019 – NÚCLEO DE CONTRATOS/SESMA solicitou manifestação do departamento de Ações em Saúde, quanto ao interesse de prorrogar o Contrato nº 076/2015, que informou interesse em continuar no imóvel por mais três meses. Consta nos autos Termo de Concordância do Locador do imóvel onde funciona a sede da USF AGUAS LINDAS II – SESMA/PMB, Dotação orçamentária, minuta do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2015 e Parecer Jurídico nº 498-A/2019 – NSAJ/SESMA.

Conforme análise nos autos constatou-se que a minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2015 - SESMA/PMB, foi devidamente analisada pelo Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos, conforme termos do Parecer nº 498-A/2019 – NSAJ/SESMA, atendendo assim os preceitos contidos no parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

Diante da análise da minuta do aditivo ao contrato, foi constatado que as cláusulas atendem as exigências do art. 55 da Lei nº 8.666/93, tais sejam: da origem, da fundamentação legal, do objeto (prorrogar por mais Três meses a vigência), do valor, da dotação orçamentária, da publicação e do registro junto ao TCM/PA e, por fim, das condições mantidas.

Destacamos que foi constatada nos autos a indicação pelo Fundo Municipal de Saúde, da existência de dotação orçamentária disponível para cobrir as despesas quanto ao valor do aditivo.

Perante o exposto e considerando que a Administração é locatária, o prazo de vigência da locação em tela não se submete à Lei nº 8.666/93, mas sim à Lei nº 8.245/91, devendo, contudo, consignar prazo máximo de vigência determinado. No entanto, esse prazo é discricionário e, conforme entendeu o TCU, tanto a vigência quanto a possibilidade de prorrogação desses ajustes

### NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

devem ser analisadas caso a caso, sempre objetivando a fixação da condição mais vantajosa para a Administração, o que pode ser observado nos autos.

#### CONCLUSÃO:

No transcorrer dos trabalhos de análise do Processo em referência, conclui-se, sinteticamente, pela prorrogação da vigência contratual pelo prazo de 03 (três) meses, do contrato de aluguel do imóvel onde funciona a sede da USF AGUAS LINDAS II – SESMA/PMB e análise da minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2015 - SESMA, **ENCONTRA AMPARO LEGAL**.

Para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Para, nos termos do §1º, do art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, face à correta aplicação dos ditames da Lei nº 8.666/93, considerando que fora analisado integralmente o referido processo, pelo que declaramos que o processo encontra-se **EM CONFORMIDADE**, revestido de todas as formalidades legais, na fase interna, de habilitação, julgamento e publicidade, portanto a prorrogação da vigência contratual pelo prazo de 12 (doze) meses, do contrato de aluguel do imóvel onde funciona a sede da USF AGUAS LINDAS II – SESMA/PMB e análise da minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2015 - SESMA encontra-se apto a ser celebrado e a gerar despesa para a municipalidade.

#### MANIFESTA-SE:

- a) Pelo **DEFERIMENTO** da solicitação da requerente, para a **CELEBRAÇÃO** do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2015 com o Sr. AGAILDO MORAES MOREIRA;
- b) Pela publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial do Município, para que tenha eficácia, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.  
É o nosso parecer salvo melhor entendimento.

Belém/PA, 12 de abril de 2019.

**MARCELO DE JESUS CORREA FERREIRA**

Administrador – NCI/SESMA

De acordo. À elevada apreciação Superior.

**MARINEZ FURTADO DA GAMA RIBEIRO**

Coordenador em Exercício do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA